

Os Desesperados da Vida: As relações entre suicídio e cocaína em São Paulo (1900-1920)



RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre o consumo de cocaína e os suicídios ocorridos na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, investigando o papel da imprensa na construção pública desse fenômeno. Argumenta-se que, a partir da década de 1910, a cocaína se consolidou como um tóxico de escolha em determinados suicídios urbanos, não apenas em função de suas propriedades farmacológicas e de sua ampla disponibilidade anterior à criminalização, mas, sobretudo, pelo lugar simbólico que passou a ocupar nos discursos médicos, policiais e jornalísticos. A partir da análise das narrativas produzidas pelo *Correio Paulistano*, o artigo examina como os relatos de suicídios por cocaína foram articulados a editoriais e campanhas morais que associavam a substância ao perigo e à desordem urbana. Sustenta-se, como hipótese central, que a visibilidade desses episódios foi mobilizada como recurso discursivo para legitimar políticas repressivas e projetos de criminalização da droga, revelando a cocaína como um dos operadores na formulação de uma gramática moral e política da morte voluntária no contexto da modernização paulistana.

Palavras-chave: História da morte; Suicídios; Cocaína; Modernidade; História de São Paulo.

*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Bolsista financiada pelo Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). CV: <http://lattes.cnpq.br/2823353166124118>

The desperate of life: suicide and cocaine in São Paulo (1900 –1920)

ABSTRACT

This article aims to analyze the relationships between cocaine consumption and suicides that occurred in the city of São Paulo during the first decades of the twentieth century, investigating the role played by the press in the public construction of this phenomenon. It argues that, from the 1910s onward, cocaine became consolidated as a substance of choice in certain urban suicides, not only because of its pharmacological properties and its wide availability prior to criminalization, but above all due to the symbolic place it came to occupy within medical, police, and journalistic discourses. Through an analysis of the narratives produced by *Correio Paulistano*, the article examines how reports of cocaine-related suicides were articulated with editorials and moral campaigns that associated the substance with urban danger and disorder. The central hypothesis advanced is that the visibility of these episodes was mobilized as a discursive resource to legitimize repressive policies and projects of drug criminalization, revealing cocaine as one of the key operators in the formulation of a moral and political grammar of voluntary death in the context of São Paulo's modernization.

Keywords: History of death; Suicide; Cocaine; Modernity; History of São Paulo.

La desesperación de la vida: suicidio y cocaína en São Paulo (1900 –1920)

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar las relaciones entre el consumo de cocaína y los suicidios ocurridos en la ciudad de São Paulo durante las primeras décadas del siglo XX, e investigar el papel de la prensa en la construcción pública de este fenómeno. Se sostiene que, a partir de la década de 1910, la cocaína se consolidó como una sustancia de elección en ciertos suicidios urbanos, no solo por sus propiedades farmacológicas y su amplia disponibilidad antes de su criminalización, sino, sobre todo, por el lugar simbólico que llegó a ocupar en los discursos médicos, policiales y periodísticos. A través del análisis de las narrativas producidas por *Correio Paulistano*, el artículo examina cómo los relatos sobre suicidios relacionados con la cocaína se articularon con editoriales y campañas morales que asociaban la sustancia con el peligro y el desorden urbanos. La hipótesis central que se plantea es que la visibilidad de estos episodios fue movilizadora como recurso discursivo para legitimar políticas represivas y proyectos de criminalización de las drogas, revelando la cocaína como uno de los operadores clave en la formulación de una gramática moral y política de la muerte voluntaria en el contexto de la modernización de São Paulo.

Palabras clave: Historia de la muerte; Suicidio; Cocaína; Modernidad; Historia de São Paulo.



Ninguém é promíscuo com relação à sua maneira de morrer.

Alvarez. A. *O Deus Selvagem* (1999)

Na manhã de 17 de julho de 1912, os leitores do *Correio Paulistano*, ao folhearem o jornal daquela manhã, encontraram em uma mesma página duas diferentes tragédias que, cada uma a seu modo, afligiam São Paulo. De um lado, quatro breves relatos de tentativas de suicídio, entre eles o de uma jovem de 21 anos que havia ingerido cocaína. Na coluna vizinha, um editorial inflamado — *Campanha utilíssima* — que exigia medidas urgentes contra o vício em ópio, morfina e cocaína, então já em circulação nos espaços urbanos. Dizia o texto:

*Horríveis na sua enormidade numérica e ainda mais horríveis, se possível, nas suas funestas consequências, que destruíram, mais do que as energias físicas dos infelizes doentes dessas condenáveis práticas [uso da cocaína], a paz dos lares, os elos de família, os encantos da mocidade, a noção dos deveres, numa palavra, todos os elementos moraes da humana convivência, as estatísticas do criminoso fato chegaram a assombrar os espíritos, pondo em sérias preocupações às públicas autoridades para a repressão reclamada.*¹

Nos anos que se seguiram, clamores desse tipo tornaram-se cada vez mais frequentes. Se no início as notícias de consumo de cocaína e as tentativas de suicídio apenas coexistiam, ocupando colunas vizinhas, logo passaram a se entrelaçar: já não dividiam a mesma página, mas sim o mesmo texto. As duas narrativas deixaram de ser paralelas. É precisamente essa fusão entre morte e tóxico que este artigo se propõe a investigar.

A cocaína, recém-chegada ao comércio farmacêutico e ainda vendida legalmente, rapidamente se tornaria presença constante em diferentes meios: era droga de farmácia e de festa, de consultório e de botequim. Mas também droga de crescente preocupação em editoriais de grande circulação, como o *Correio Paulistano*. Inicialmente associada às elites, logo transbordou fronteiras sociais. Estava nos bolsos dos estudantes, nas mesas dos cafés, nos quartos das pensões e, sobretudo, nas páginas dos jornais. Ali, surgia como ameaça, como vício e, não raro, em uma íntima relação com casos de suicídio, a ponto de, em determinado momento, ambas as problemáticas se confundirem. A cada nova ocorrência registrada, a cada corpo socorrido em estado grave pelo consumo de cocaína, os jornais reiteravam a mesma narrativa: não se tratava apenas de uma droga perigosa, mas de um inimigo social que corroía famílias, contaminava lares e punha em risco a ordem pública.²

Algumas perguntas orientam esta análise: por que a cocaína se tornou, nas primeiras décadas do século XX, um tóxico de escolha entre aqueles que buscavam dar fim à própria vida? Que narrativas foram produzidas pelos jornais ao relatar estes específicos suicídios?

¹ *Correio Paulistano*, edição 17593. 1912, p. 5. As citações provenientes dos jornais e de outras fontes tiveram sua ortografia atualizada, para melhor compreensão do texto.

² *Correio Paulistano*, edição 20962. 1921, p. 2.

E, também, de que maneira a visibilidade desses episódios serviu para sustentar discursos repressivos e legitimar políticas de criminalização da droga?

Concentramo-nos no período compreendido entre as primeiras menções à substância nesse contexto e sua posterior regulamentação, na década de 1920. A escolha desse intervalo temporal se justifica pela concentração de casos de suicídio com o uso da droga antes do avanço do processo jurídico que culminou na sua proibição. O recorte espacial privilegia a cidade de São Paulo, inserindo-se em um escopo de investigação mais amplo, que busca compreender as dinâmicas dos suicídios na capital paulista nas primeiras décadas do século XX. No pano de fundo dessa discussão, ocupando ao mesmo tempo o papel de cenário e personagem, está a metrópole paulista em plena transformação: marcada pela expansão urbana, pela reorganização dos espaços sociais e pelas novas exigências da vida moderna (Cerasoli, 2004, p. 35).

A hipótese aqui defendida é a de que a cocaína se consolidou, nas primeiras décadas do século XX, como uma nova possibilidade de tóxico para os suicídios urbanos. Suas propriedades farmacológicas e sua relativa disponibilidade, como veremos adiante, ajudam a explicar essa escolha, mas também o lugar específico que a cocaína passa a ocupar no imaginário social e nos discursos médicos, policiais e jornalísticos da cidade de São Paulo.

Nesse sentido, constitui também um ponto central desta análise a ideia de que a imprensa desempenhou papel decisivo na elaboração de narrativas que enquadravam esses suicídios como desfechos quase naturais de trajetórias associadas ao vício e à instabilidade emocional. Longe de apenas registrar ocorrências, os jornais operavam uma leitura específica desses episódios, selecionando elementos, estabelecendo nexos causais, atribuindo significados e trazendo um efeito de realidade (Barros, 2021, p. 427) que tendia a naturalizar determinadas formas de morte. É precisamente nesse ponto que a análise de Souza se mostra particularmente elucidativa. Ao examinar a presença de notícias de suicídio na imprensa carioca, Douglas Souza observa que, à medida que os jornais se modernizavam, ampliava-se também o espaço dedicado a esse tipo de ocorrência. Essas notícias integravam uma lógica editorial orientada pela atração do público leitor, mobilizando sentimentos como comoção, curiosidade e fascínio diante da morte voluntária (Souza, 2024, p. 51).

Interessa-nos, em convergência com o que a historiografia a respeito do uso de fontes periódicas tem discutido, examinar a produção jornalística não apenas como um repositório de informações sobre o consumo de cocaína, mas como um agente ativo na construção de sentidos, capaz de organizar os acontecimentos segundo determinadas lógicas interpretativas (Barros, 2021; Leite, 2015). Ao fazê-lo, a imprensa não apenas informava, mas também orientava a percepção pública, inscrevendo esses suicídios em uma gramática moral que articulava vício, desordem e responsabilidade individual.

É nesse quadro que nos aproximamos de reflexões acerca do uso dos jornais como fonte histórica, compreendendo-os não como registros neutros, mas como documentos que produzem e estruturam a realidade que pretendem narrar. Tal perspectiva, desenvolvida por autores como Balcão (1998) e Barros (2021), permite considerar a imprensa como um espaço

de construção narrativa no qual os acontecimentos são organizados em tramas inteligíveis, dotadas de coerência interna e, sobretudo, de densidade moral.

Ao reiterar a cocaína como elemento explicativo do gesto extremo do suicídio, os jornais contribuíram para um deslocamento do foco das tensões estruturais da vida urbana — precariedade do trabalho, solidão, migração, conflitos afetivos — para o campo do desvio individual e do tóxico.

Argumenta-se, ainda, que a visibilidade desses episódios de suicídio, quando associados à cocaína, foi mobilizada como recurso discursivo para sustentar projetos repressivos mais amplos. A droga emergiu como um problema público não apenas por seus usos, mas porque sua vinculação à morte voluntária e, posteriormente, ao tráfico, forneceu uma base simbólica e moral para a legitimação de políticas de criminalização, vigilância e controle.

O envenenamento é uma das modalidades mais recorrentes de suicídio no recorte temporal proposto.³ Estudá-lo é também compreender um fenômeno social que, naquele período e cada vez mais, gerou apreensão na sociedade paulistana. Por outro lado, abordar a história do suicídio complexifica as noções de sofrimento ajuda a compreender dinâmicas de medicalização, moralização, controle social e as formas pelas quais o Estado e a sociedade lidaram com a morte, sobretudo a morte violenta.

No que diz respeito ao *Correio Paulistano* como fonte principal deste estudo, esta escolha se sustenta tanto por sua longa trajetória na imprensa paulista quanto por suas características editoriais específicas. Fundado em 1854 por Joaquim Roberto de Azevedo Marques, o jornal foi, por décadas, um dos mais influentes veículos da cidade de São Paulo (Sodré, 1966, p. 216-217). Associado historicamente a setores conservadores e às elites agrárias, o *Correio Paulistano* assumiu, ao longo do tempo, diferentes posicionamentos políticos (Balcão, 1998, p. 40). Ele também foi um importante espaço de divulgação de acontecimentos cotidianos, debates morais e opiniões sobre o cenário urbano. Sua longevidade, circulação diária e estrutura editorial — que incluía seções de política, polícia, notícias violentas e anúncios — o tornaram um dos principais formadores de opinião da capital paulista (Mendes, 2018, p. 19 e 69).

A escolha por esse periódico se justifica também, por seu papel central na produção de sentidos sobre a vida e a morte na cidade, especialmente nas primeiras décadas do século XX, quando o tema do suicídio se tornou recorrente nas páginas deste e de outros jornais. O *Correio Paulistano* é um periódico de ampla circulação na cidade, com expressiva capacidade de difusão e influência na formação da opinião pública. Soma-se a isso o fato de o jornal dedicar espaço significativo aos chamados *faits divers* — relatos de crimes, acidentes e episódios de violência cotidiana (Balcão, 1998; Guimarães, 2007) —, contribuindo para a consolidação de um repertório narrativo marcado pela dramatização, pelo sensacional e pela atribuição de sentidos morais a esses eventos.

Assim como Boris Fausto, em sua reconstituição a respeito do *Crime da Galeria de Cristal*, estudo que também dialoga diretamente com os jornais da cidade, acreditamos que a

³ Annuários Estatísticos da cidade de São Paulo. Prefeitura do Município de São Paulo, 1911–1919.

imprensa é, ao mesmo tempo, “formadora e reflexo da opinião pública” (Fausto, 2019, p. 12). Em especial, as seções “factos diversos” e “noticiário policial” do *Correio Paulistano* permitem observar como as mortes voluntárias eram apresentadas ao público leitor: muitas vezes de forma breve, com ênfase nos aspectos chocantes ou moralmente condenáveis dos episódios. Notícias sensacionalistas que, de modo dramático, buscavam capturar a atenção dos leitores a respeito dos crimes que aconteciam na cidade (Guimarães, 2007, p. 324).

Na segunda metade do século XIX, surgiram dois jornais que, gradativamente, transformaram os meios de informação da cidade. Lançado em 1854, o Correio Paulistano se afirmou como cauteloso defensor da República e do trabalho livre. Após a proclamação da república, transformou-se em porta-voz do governo, na qualidade de órgão do Partido Republicano Paulista (PRP). [...] A entrada dos faits divers⁴ se deu num segundo momento, em turno diverso. O Estadão manteve uma linha austera que só dava destaque a episódios do dia a dia, em circunstâncias excepcionais. Já o Correio Paulistano aderiu à publicação dos faits divers, embora não deixasse de cumprir, ao longo da Primeira República, seu principal papel político como órgão partidário (Fausto, 2019, p. 14).

Nesses espaços, o suicídio por cocaína surge como um novo tema, sobretudo antes da criminalização da substância, figurando ao lado de notícias sobre tráfico, consumo e campanhas por maior controle do comércio farmacêutico. Para os fins a que se propõe este artigo, as narrativas jornalísticas são especialmente interessantes por revelarem o entrelaçamento imediato entre dois campos de preocupação pública: o uso de substâncias tóxicas e os relatos sobre os casos de suicídio. É nas páginas dos jornais que, frequentemente, vemos lado a lado relatos de tentativas de morte por envenenamento com cocaína, editoriais que clamam por maior controle sobre a venda da substância e matérias que investigam sua procedência e canais de distribuição. Em suas edições, o jornal oscila entre o lamento diante das tragédias individuais e a denúncia da suposta permissividade com que se comercializava a droga. Assim, mais do que simples relatores de fatos, os jornais atuavam como mediadores entre as mortes e a opinião pública, construindo narrativas que vinculavam o acesso à cocaína à degradação moral e ao colapso dos vínculos sociais.

No entanto, é preciso considerar os limites desse tipo de documento. O *Correio Paulistano*, como todo jornal de grande circulação no início do século XX, operava com critérios editoriais que refletiam os interesses de seus proprietários, o perfil de seu público leitor e as conveniências políticas e morais às quais se conectava. Os casos selecionados para publicação obedeciam a lógicas de valor-notícia, muitas vezes privilegiando episódios impactantes ou que se adequavam a pautas que se desejava debater. Além disso, os relatos jornalísticos tendem a adotar um tom sensacionalista, especialmente quando tratam de temas como o suicídio ou o uso de drogas.

⁴ Literalmente, fatos diversos. O termo diz respeito, justamente, à seção dos jornais dedicada aos crimes violentos, tragédias e desastres.

A escassez de contextos e a ausência de escuta das vítimas são marcas recorrentes dos textos publicados pelo *Correio Paulistano*. É possível supor, inclusive, que muitos casos de suicídio por cocaína tenham sido omitidos ou classificados como overdose accidental,⁵ por exemplo, sobretudo à medida que avançava o processo de criminalização da substância. Ainda assim, são essas tensões que tornam o *Correio Paulistano* uma fonte relevante para as problemáticas levantadas. Mais do que buscar nos jornais uma “reconstituição fiel” dos acontecimentos, interessa-nos compreender os enquadramentos sociais e culturais que determinaram o modo como essas mortes foram tornadas públicas.

O *Correio Paulistano* participa ativamente da formulação de críticas, sugestões de soluções e discursos sobre problemas considerados públicos. Ao examinar os modos como o periódico noticia, qualifica e interpreta os suicídios por cocaína, pretendemos abordar não apenas o fenômeno da morte voluntária em si, mas também os mecanismos de enquadramento social e político que se constroem em torno dela. Dessa forma, torna-se possível discutir a construção de uma narrativa na qual o suicídio, longe de ser tratado como questão de saúde, é frequentemente reduzido a sintoma de desvio, irracionalidade ou falência moral.

As drogas na cidade

O crescimento de São Paulo nas primeiras décadas do século XX imprimiu à vida urbana um ritmo novo, vertiginoso, como enfatizou Sevcenko em mais de uma oportunidade (Sevcenko, 1992, p. 43). Era o ritmo da industrialização, da malha urbana em expansão, das exigências crescentes de produtividade e das transformações que redesenhavam as formas de sociabilidade (Fausto, 2019, p. 18-23). A historiografia ressalta que a cidade parecia viver em permanente estado de metamorfose: sucessivas intervenções urbanísticas, alargamento e abertura de vias públicas, modernização dos transportes, dinamização do comércio e uma reconfiguração de espaços públicos e privados (Cerasoli, 2004, p. 109-112). Nesse terreno fértil e, na mesma medida, conturbado, entrelaçavam-se os fluxos da imigração estrangeira, a migração interna intensificada no pós-abolição e a consolidação de uma industrialização que conferia à capital não apenas novos contornos, mas também novos desassossegos e desastres, como veremos adiante. Em um intervalo de poucos anos, o *leitmotiv* da cidade de São Paulo, assim como de outras cidades do mundo, se complexifica: ao falar de São Paulo, conceitos como progresso e modernização serão invocados repetidas vezes, ao mesmo tempo em

⁵ A construção histórica do entendimento médico-legal sobre o que constitui uma “overdose”, especialmente nos primeiros anos de circulação da cocaína em São Paulo, demandaria, por si só, uma investigação específica. Convém, contudo, assinalar a ambiguidade que atravessa as mortes associadas ao uso dessa substância: casos classificados como suicídio poderiam corresponder a overdoses acidentais, assim como situações registradas como intoxicação poderiam ocultar a intenção suicida. Essa zona de indistinção não deve ser compreendida como simples falha diagnóstica, mas como parte constitutiva de um momento histórico em que os saberes médicos, policiais e jurídicos ainda estavam em processo de consolidação. Ainda assim, a documentação revela que médicos e agentes envolvidos nas investigações passaram relativamente cedo a empregar a categoria de “dose excessiva” em laudos e boletins quando julgavam pertinente, distinguindo-a dos suicídios propriamente ditos. Ao longo deste trabalho, adota-se a classificação tal como produzida pelas instâncias institucionais responsáveis, e não como reflexo transparente da intenção do morto.

que se torna nítido o contraste entre o mundo pré-moderno e moderno presente na cidade (Sevcenko, 1992, p. 31).

Ainda segundo Sevcenko, no início do século XX, São Paulo era um espaço marcado por conflitos e ambivalências, onde os modelos sociais herdados do passado já não davam conta de lidar com as exigências impostas pelas transformações:

De tal modo o estranhamento se impunha e era difuso, que envolvia a própria identidade da cidade. Afinal, São Paulo não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem européia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical, nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha mais passado. Essa cidade que brotou súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados (Sevcenko, 1992, p. 31).

Até mesmo o corpo, agora corpo moderno, passou a ser exigido em escalas inéditas: precisava render e produzir mais (Costa, 2025, p. 71). Singer, ao abordar os conceitos de modernidade e hiper estímulo, constrói seu argumento a partir da perspectiva de que a modernidade é, também, um ponto de inflexão no que diz respeito ao registro de experiências e subjetividades. Para ele,

a modernidade também tem de ser entendida como um registro da experiência subjetiva fundamentalmente distinta, caracterizado pelos choques físicos e perceptivos do ambiente urbano moderno. [...] Simmel, Kracauer e Benjamin enfatizaram os modos pelos quais essas mudanças transformaram a estrutura da experiência. A modernidade implicou um mundo fenomenal - especificamente urbano - que era marcadamente mais rápido, caótico, fragmentado e desorientador do que as fases anteriores da cultura humana. [...] o indivíduo defrontou-se com uma nova intensidade de estimulação sensorial. A metrópole sujeitou o indivíduo a um bombardeio de impressões, choques e sobressaltos (Singer, 2001, p. 116).

Sevcenko concorda que, nesse contexto, a própria sensibilidade aos estímulos adquire novos contornos, moldada pelo ritmo acelerado da cidade moderna e pelas pressões de uma vida em constante transformação (Sevcenko, 1992, p. 28). O consumo de substâncias estimulantes, como a cocaína, pode ser interpretado não apenas como uma tentativa de se ajustar a essa nova ordem urbana, mas também como um de seus símbolos. A droga não figurava somente como recurso individual para suportar tensões e exigências; ela se inscrevia, de forma mais ampla, no imaginário de uma sociedade que buscava intensidade e velocidade.

Para avançarmos na análise, um breve contexto de como a cocaína foi descoberta e originalmente utilizada é importante. Isolada como alcaloide em 1859, pelo químico Albert Niemann, nas décadas seguintes, especialmente a partir de 1884, passou a ser utilizada com

entusiasmo na medicina europeia, notadamente como anestésico local, sendo incorporada às práticas terapêuticas em consultórios e hospitais (Sarti, 2015, p. 9). A cocaína atua no organismo principalmente como um potente estimulante do sistema nervoso central. Esse mecanismo produz efeitos imediatos como euforia, sensação de energia, redução do apetite e diminuição da fadiga, mas também pode desencadear ansiedade, agitação, paranoia e alterações perceptivas. Do ponto de vista fisiológico, a droga provoca vasoconstrição, aumento da frequência cardíaca e da pressão arterial. O avanço da indústria química no século XIX permitiu não apenas a identificação e o isolamento de uma série de substâncias com propriedades psicoativas, como a morfina, a cafeína, a mescalina e a cocaína, mas também sua produção em escala e disseminação global (Ferreira & Martini, 2001, p. 97).

No Brasil, a entrada da cocaína ocorreu sobretudo por meio da importação de farmacopéias europeias, o que nos permite refletir sobre como São Paulo se encontrava conectado às discussões médicas em circulação internacional. Nesse primeiro momento, a droga não era vista como ameaça, mas celebrada como um dos frutos mais promissores do progresso científico — um símbolo da modernidade médica e de sua promessa de domínio sobre o corpo. Assim, a cocaína se apresentava menos como veneno e mais como ferramenta, inserida no horizonte de expectativas que cercava a medicina no final do século XIX.

A primeira menção ao seu uso no *Correio Paulistano* é reveladora nesse sentido: em 10 de abril de 1886, o cirurgião-dentista Belizário Regadas anunciava seus serviços destacando o emprego da cocaína como anestésico, para suavizar a experiência nada agradável de uma extração dentária naquele período.⁶ Esse anúncio foi publicado apenas dois anos após o início de uso, na Europa, das propriedades anestésicas da substância, uma pequena pista capaz de nos sinalizar a rapidez com que a inovação atravessou fronteiras continentais e foi incorporada às práticas paulistas.

Neste período inicial, em outras edições do *Correio Paulistano* e outros periódicos, se torna cada vez mais comum encontrar anúncios de pastilhas contendo cocaína, em especial anestésicos e tratamentos para alívio de dores e desconfortos diversos.

*Pastilhas creosotado com cocaína e clorato de potássio – É hoje o melhor medicamento para as moléstias da garganta, da voz e da boca. É de efeitos prontos e imediatos, muito principalmente em lugares cuja temperatura seja fria e úmida.*⁷

A cura da constipação

*A imprensa desta capital noticia que um médico alemão acaba de descobrir um preparado para a cura imediata da constipação. O maravilhoso medicamento, cuja ação é rápida, é composto por dosagens de cocaína e de pauperina em água.*⁸

⁶ *Correio Paulistano*, edição 08887. 1886, p. 4.

⁷ *O Commercio de São Paulo*, edição 00419. 1894, p. 5.

⁸ *Correio Paulistano*, edição 15191. 1905, p. 3.

A substância era compreendida como parte do repertório farmacêutico e vendida em drogarias e casas especializadas, sem grandes restrições legais, ainda que um receituário já fosse solicitado para sua comercialização.

Operando na ausência de leis ou regulamentos que limitassem a venda ou o consumo, a cocaína tornou-se presente em farmácias, mercearias e bares. Uma única fábrica, em 1885, oferecia cocaína em 15 diferentes formas, incluindo cigarros, charutos, inalantes, cristais, licores e soluções (Ferreira & Martini, 2001, p. 98).

Não tardou, entretanto, para que a perspectiva da cocaína enquanto uma descoberta revolucionária e essencialmente benéfica ganhasse contornos menos otimistas. A promessa de progresso que a substância parecia encarnar começou a ser confrontada pelos primeiros relatos de intoxicação, em sua maioria decorrentes de usos terapêuticos mal administrados:

O efeito da cocaína

Diz o Jornal do Poço de Piracicaba: Há dias, devido ao emprego da cocaína na extração de um dente, deu-se o envenenamento do moço João Baptista Ferraz, filho do senhor tenente-coronel José Ferraz de Camargo. O envenenamento durou quatro horas, sendo a vítima salva pelos clínicos Dr. Paulo Pinto e Dr. Paulo de Moraes.⁹

É possível supor que, erros como este, relacionados à dosagem e cometidos por médicos, dentistas e farmacêuticos, foram o primeiro sinal de alerta para os riscos do fármaco. A discussão, antes restrita ao universo de publicações médicas técnicas¹⁰, passou então a se expandir, transbordando para os jornais. Nesse processo, a cocaína passa a ser cercada por narrativas ambivalentes, nas quais ainda conviviam a promessa terapêutica e a ameaça de envenenamentos ocasionais, não intencionais. Uma dualidade que, em todo o caso, logo seria substituída por uma total desconfiança.

O problema, então, se complexifica. O que em um primeiro momento foi tratado como acidentes isolados, rapidamente se transformou em uma questão maior. Os jornais passam a narrar, muitas vezes semanalmente, o uso da droga em contextos de vício, envenenamento e, também, de tentativas ou consumação de suicídios. Neste ponto, importa destacar que, ao tratar da relação entre intoxicação, cocaína e a possibilidade da morte, não estamos apenas diante de um fenômeno médico ou policial, mas do surgimento de um novo modo de morrer. O recurso ao envenenamento é um artifício antigo, atravessando séculos e diferentes culturas como uma modalidade diante da escolha pela morte.¹¹

⁹ *O Commercio de São Paulo*, edição 00135. 1893, p. 1.

¹⁰ Os relatos de intoxicação accidental vieram a público, inicialmente, por meio de periódicos e revistas especializadas (Costa, 2025, p. 82).

¹¹ No caso específico da cidade de São Paulo, o suicídio por envenenamento figura como uma modalidade recorrente ao longo do período analisado. Ele aparece de forma sistemática tanto nos balanços demográficos de mortalidade quanto em documentos de natureza judicial e administrativa, como os boletins da Assistência Médica Policial e os relatórios produzidos pela Secretaria de Segurança Pública. A presença reiterada desse método em diferentes tipos de registro evidencia não apenas sua frequência, mas também o lugar que o envenenamento ocupava nas formas socialmente reconhecidas e documentadas da morte voluntária na capital paulista.

Contudo, o que se observa no início do século XX, é a possibilidade de que esse gesto ganhe novos instrumentos: substâncias químicas recém-introduzidas no mercado farmacêutico moderno, como a morfina, o éter e, de modo especial, a cocaína, passam a integrar o repertório letal dos que buscavam o suicídio. Não se trata apenas da continuidade de uma prática, mas de sua atualização em chave moderna, mediada pelas descobertas da ciência e pelo comércio nacional e internacional de seus produtos. Alvarez, ao abordar a relação entre suicídios e novas drogas disponíveis no mundo moderno, destaca:

O que se está vendo, creio, é uma mudança radical e, de fato, qualitativa no suicídio. Desde que a cicuta, por algum motivo obscuro, caiu em desuso, o ato passou sempre a envolver grande violência física. [...] As drogas modernas e o gás doméstico mudaram tudo isso. Não só transformaram o suicídio em algo mais ou menos indolor, como fizeram com que parecesse mágico. Um homem que pega uma faca e corta voluntariamente a própria garganta está se assassinando. Mas quando uma pessoa se deita na frente de um bico de gás aberto ou engole um punhado de pílulas para dormir, ela não parece exatamente estar morrendo, mas apenas buscando um pouco de esquecimento. O Kirílov de Dostoiévski diz a certa altura que só existem duas razões pelas quais nós todos não nos matamos: a dor e o medo do além. Parece que nós já nos livramos, mais ou menos, das duas (Alvarez, 1999, p. 141-142).

O suicídio se inscrevia, assim, na experiência urbana de São Paulo, não apenas como tragédia íntima, mas também como reflexo possível dos elementos que transformaram essa mesma cidade. Na São Paulo moderna, locomotiva que não conhecia pausa sequer diante da morte (Fausto, 2009, p. 62), multiplicaram-se os modos de viver, mas também os modos de morrer.

Suicídios e cocaína

Suicídio pelo sublimado corrosivo - Seis dias de padecimentos - Morte no hospital da Beneficência Portuguesa
Numa das enfermarias do Hospital da Beneficência Portuguesa faleceu ontem, às 8 horas da noite, a francesa L.L.,¹² que na tarde de 4 do corrente tentou suicidar-se na sua residência ao Largo do Paysandu n.2, ingerindo três gramas de sublimado corrosivo, depois de ter tomado forte dose de cocaína. A desventurada jovem na mesma noite do seu desatino foi transportada para aquele hospital, onde esteve até ontem em tratamento. Foram esgotados todos os recursos para salvá-la. O enterro de L. efetuar-se-á à tarde, saindo da Beneficência para o cemitério do Araçá.¹³

¹² O suicídio é um tema particularmente delicado. Embora os casos apresentados aqui pertençam todos ao início do século XX, com mais de 100 anos, optamos por não divulgar os nomes de pessoas que cometeram ou tentaram o suicídio. Assim, ainda que o jornal tenha informado o nome de L. L., decidimos preservá-lo, mantendo-o em sigilo.

¹³ *Correio Paulistano*, edição 16528. 1909, p. 3.

Para as problemáticas definidas neste artigo, esse episódio é um marco: o primeiro registro, no *Correio Paulistano*, de um suicídio explicitamente associado ao uso de cocaína em São Paulo. Até então, as páginas deste jornal haviam se limitado a relatar casos de envenenamento ocorridos no Rio de Janeiro ou em outros países. A partir desse momento, porém, a substância deixa de ser apenas uma nota a se considerar em uma leitura distraída do jornal e passa a inscrever-se no cotidiano, seu consumo se aproxima daqueles que consumiam diariamente o jornal. Sarti, ao abordar o consumo de cocaína no início do século XX, no Rio de Janeiro, aponta um contexto bastante semelhante ao de São Paulo:

Em meados da década de 1900, a cocaína foi deixando as propagandas médicas e farmacêuticas para compor as colunas policiais em noticiários sobre os suicídios e as tentativas de suicídio que ocorriam na cidade. A transformação ocorreu mais marcadamente na segunda metade desta década. Em 1905, por exemplo, o alcalóide permanecia nas propagandas dos dentistas da Gazeta de Notícias, mas começava a aparecer esparsamente em casos de suicídios. Em 1910, a cocaína surgia no mesmo periódico quase que exclusivamente ligada a estas tragédias. Já em 1912, o jornal noticiava esses casos quase semanalmente (Sarti, 2015, p. 45).

A circulação da cocaína na São Paulo das primeiras décadas do século XX também não se restringia ao universo médico (Martins, 2012, p. 149). Pelo contrário, os indícios recolhidos em fontes como o *Correio Paulistano* revelam uma presença disseminada da substância em diversos espaços da cidade, refletindo sua ampla disponibilidade e relativa normalidade em contextos de vida diária, corriqueira. As farmácias e drogarias são os principais pontos de aquisição — lugares nos quais, muitas vezes, a exigência de receita era negligenciada. Neste início de circulação chama atenção, sobretudo, a velocidade com que a cocaína ganha espaço entre os venenos acessíveis. Essa rapidez revela algo da própria experiência moderna: um tempo e espaço atravessado por novas tecnologias e pela aceleração de acesso às mesmas.

À medida que os casos de intoxicação e suicídio relacionados à cocaína se multiplicavam nas páginas dos jornais, as farmácias passaram a ser vistas como espaços centrais não apenas da venda legal, mas também do comércio clandestino. Essa suspeita logo se estendeu a outros espaços: pensões, hotéis e cabarés entraram no radar das autoridades como pontos de circulação e uso da droga. A vigilância em relação à droga e consumidores, antes limitada ao ambiente comercial farmacêutico, expandiu-se para abranger lugares considerados propícios ou suspeitos.

No relato acima destacado já se delineiam alguns dos padrões que se repetirão em outros casos de suicídio por cocaína, ao longo dos próximos anos: o uso combinado de cocaína com outras substâncias tóxicas, geralmente para intensificar o efeito letal; a linguagem empregada pelo jornal, que associa o gesto suicida a um “desatino”; e a inserção desses relatos majoritariamente na seção *Factos Diversos*, espaço dedicado à cobertura de episódios urbanos marcados pela violência, crime e desordem social. Não por acaso, os casos de suicídio apareciam frequentemente agrupados sob o título de *Os desesperados da vida* ou *Os vencidos*

na luta, o que contribui para a construção de uma representação coletiva do suicida como alguém à margem, em estado de perturbação não só psíquica, mas moral.

A questão colocada é de que alguns psicoativos são capazes de causar patologias mentais irreversíveis. Essas doenças são caracterizadas pelo enfraquecimento da vontade e da moral e tornam o indivíduo incapaz de autodeterminação, de discernir e realizar escolhas para si mesmo (Sarti, 2015, p. 12).

Detenhamo-nos, com um pouco mais de demora, na associação entre os suicídios e possíveis desatinos, paixões violentas ou condutas perniciosas. Esses qualificativos não são meramente descritivos, operam como categorias que contribuem para a construção de uma representação homogênea destes sujeitos. Em diálogo com aquilo apresentado por Souza, também acreditamos que as notícias de suicídio, sejam elas paulistas ou cariocas, apresentavam uma dimensão estigmatizante (Souza, 2024, p. 54). O jornal, ao relatar, não apenas informa: dramatiza, interpreta, oferece ao público uma chave explicativa pronta, uma leitura que, em última instância, simplifica (Sarti, 2015, p. 47-48). Assim, a experiência íntima, complexa e irrepetível de quem decide morrer é deslocada da experiência individual para explicações simplificadas e abrangentes, muitas vezes moralizantes, quase sempre redutoras.

Tentativa de suicídio - Amores contrariados
Contrariada em seus amores, a meretriz M.C tentou hoje suicidar-se, ingerindo uma dose de cocaína. Levada para a Santa Casa, foram-lhe ali prestados prontos socorros médicos, que a puseram fora de perigo.¹⁴

Há um esforço dos jornais em atribuir causas aos suicídios noticiados. Ainda que essas causas sejam variadas e por vezes mal definidas, há uma tendência à romantização e moralização dos motivos. Não raro, a desilusão amorosa surge como resposta pronta, frases como “matou-se por paixão não correspondida” repetem-se, alimentando um imaginário sensacionalista que reduz a complexidade da experiência suicida (Souza, 2024, p. 70). Mas o esforço jornalístico não se detém aí. Em diferentes momentos de sua trajetória, o *Correio Paulistano* dedicou editoriais inteiros ao fenômeno de suicídios na cidade. Um deles, intitulado “A moléstia dos suicídios”, ocupando a primeira página do periódico, defende que a desorganização moral e social do país acabou por produzir esta moléstia, enquanto a facilidade de acesso a drogas como cocaína e lysol, culminam em um contexto em que motivos fúteis se tornam motivos para a morte, sobretudo entre os jovens.¹⁵ Essa mesma lógica pode ser observada nas notícias do cotidiano. Em uma tentativa de suicídio ocorrida no Café Brandão, na Praça Antônio Prado, um jovem de 21 anos ingeriu quatro gramas de cocaína, sendo socorrido após a intervenção da polícia e do médico da assistência policial. A explicação apresentada pelo jornal, contudo, não se detém no episódio em si, mas rapidamente o inscreve em uma narrativa moralizada: o gesto

¹⁴ *Idem*, edição 16343. 1909, p. 2.

¹⁵ *Idem*, edição 20200. 1919, p. 1.

teria sido motivado pelo abandono de uma “rapariga” com quem mantinha relação, “seduzida pela dona de uma casa de prostituição”.¹⁶

Aos poucos, os jornais afinam seu discurso. As narrativas se deslocam para uma associação entre um possível aumento dos casos de suicídio à comercialização irregular da cocaína. Há registros de farmácias sendo responsabilizadas por venderem cocaína sem receita e, em alguns casos, inquéritos policiais são abertos para averiguar a venda irregular de drogas a partir de casos de suicídio. O *Correio Paulistano*, sempre que possível, ressalta o comprometimento da polícia na tentativa de controle ao comércio da droga, o que nos ajuda a compreender o alinhamento deste jornal com as autoridades e seus representantes. Em uma dessas ocasiões, ao noticiar a aplicação de uma multa a um farmacêutico da rua da Lapa, o jornal associa explicitamente a medida ao “grande número de tentativas de suicídio” recentemente verificadas com o uso de cocaína, cuja venda irregular teria sido identificada como um dos fatores do problema.¹⁷ Ao estabelecer esse nexo entre suicídio e comércio ilícito, o jornal reforça a necessidade de intervenção estatal e controle sobre esses circuitos.

Entre 1907, quando o *Correio Paulistano* pela primeira vez vinculou a cocaína a um caso de suicídio, e 1917, momento em que essa modalidade de morte começa a rarear nas páginas do jornal, as notícias destacam em diferentes momentos esse enredo:

Envenenamento pela cocaína

*Ontem, pela manhã, na Farmácia Pasteur, em que é empregado, à Alameda Barão, n. 1, o farmacêutico J.C., de 25 anos, solteiro, natural de Lorena, manifestou sintomas de envenenamento pela cocaína. A respeito desse fato, correram duas versões: uns afirmam que o farmacêutico foi curar-se de uma dor de dentes e empregou em excesso aquele anestésico: outros asseguram que J. já há dias andava macambúzio, manifestando ideias de suicídio. O que é certo é que a polícia, tendo aviso do fato, compareceu no local, com a respectiva ambulância, notando o médico legista que o desventurado rapaz manifestava certas perturbações resultantes da ação da cocaína sobre o sistema nervoso, como incerteza no caminhar, tremores dos lábios e perda de sensibilidade. A polícia transportou J.C para a Santa Casa de Misericórdia, não sendo grave o seu estado.*¹⁸

*À secretaria do Interior, o senhor 4º delegado da capital, vai informar em que farmácia o carteiro M. L. adquiriu a dose de cocaína com que tentou suicidar-se.*¹⁹

As notícias levantadas, especialmente aquelas que tratam de casos ocorridos na cidade de São Paulo, revelam que os suicídios e as tentativas de suicídio relacionados ao uso de cocaína não se concentraram em determinado grupo social. Embora a droga tenha sido, em um

¹⁶ *Idem*, edição 17500, 1912, p. 5.

¹⁷ *Idem*, edição 18252, 1914, p. 4.

¹⁸ *Idem*, edição 17254, 1911, p. 4.

¹⁹ *Idem*, edição 17602, 1912, p. 10.

primeiro momento, associada às elites urbanas e à juventude das classes mais abastadas²⁰, sua presença em casos fatais se espalha e passa a atingir diferentes camadas da sociedade paulista. A morte por cocaína, portanto, não se limita a uma única faixa de renda ou pertencimento social, o que nos ajuda a compreender sua circulação na cidade. O acesso à droga para fins de suicídio ocorria, inclusive, entre imigrantes:

Tentativas de suicídio

*Cansada da sua vida de desgreamentos, a argentina H. D., por alcunha "Oriental", de 27 anos de idade, tentou suicidar-se ontem às 10 horas e meia, na pensão em que reside, à rua Conselheiro Crispiniano n. 2. Para levar a efeito o seu sinistro desígnio, H. ingeriu cocaína, sendo encontrada com alucinações quando a Assistência a socorreu.*²¹

Se o acesso à cocaína parecia atravessar os diferentes estratos sociais, resta perguntar: qual era, afinal, o custo para a obtenção da droga?²² Há uma pista para essa resposta, nesta mesma breve nota publicada no *Correio Paulistano*, que registra a compra clandestina de "seis vidros à razão de cinco mil réis cada um" na Pharmacia Internacional da Rua Quintino Bocaiuva. Para a presente análise, esse valor nominal, 5\$000 réis por frasco, foi lido em perspectiva: não o interpretamos apenas como um número, mas como uma quantia a ser comparada com rendimentos e preços correntes, a fim de avaliar se representava um preço de luxo ou de obtenção popular.

Tomemos como referência a própria edição de 2 de fevereiro de 1916 do mesmo jornal, onde é possível acessar uma pequena amostra do cenário econômico que cercava o preço da cocaína. Naquele dia, o quilo da carne bovina custava entre \$400 e \$450, a carne suína variava de \$900 a \$1000 e o açúcar branco oscilava entre \$600 e \$640. A própria edição do *Correio Paulistano*, naquele dia, custava \$100. Um livro recém-traduzido, *Os Versos Áureos de Pitágoras*, era anunciado por 5\$000. Já uma diária completa no luxuoso Hotel Avenida, no Rio de Janeiro, "o maior e mais importante do Brasil", partia de 10\$000. E, curiosamente, o medicamento Lactífero — "preciosa descoberta da farmacêutica Joanna Stamato Bergamo, único e infalível gerador do leite" — custava 5\$500 o frasco, quase o mesmo valor de um frasco de cocaína.²³

Essas comparações permitem supor que o preço da cocaína ocupava um lugar ambíguo: não era um luxo inatingível, tampouco uma mercadoria popular. Era um produto de valor, comparável a um bom livro ou a um medicamento patenteado. Um preço relevante, mas ainda acessível a quem dispusesse de alguma renda ou de redes que tornavam possível

²⁰ *Idem*, edição 10467. 1891, p. 2.

²¹ *Idem*, edição 18878. 1916, p. 4.

²² Para a adequada compreensão dos valores mencionados, é importante ter em vista o funcionamento do sistema monetário vigente no Brasil no recorte temporal proposto para essa análise, baseado no real. A unidade fundamental era o real (no plural, réis), mas, na prática, as transações eram usualmente expressas em mil-réis, equivalente a 1\$000 (mil réis), que se consolidou como principal unidade de conta. Valores inferiores a mil réis eram indicados à direita do cifrão (por exemplo, \$400 correspondia a quatrocentos réis), enquanto valores superiores eram organizados a partir dessa base: assim, 5\$500 designava cinco mil e quinhentos réis. Em escalas mais elevadas, utilizava-se o conto de réis, equivalente a 1:000\$000, ou seja, um milhão de réis (mil mil-réis).

²³ *Correio Paulistano*, edição 18878. 1916.

o comércio paralelo e a revenda fracionada. Paralelamente, é possível supor que, dada a circulação da droga, nem toda cocaína tinha o mesmo preço por dose ou a mesma facilidade de aquisição. Cinco mil réis por frasco não equivaliam a uma simples ida ao mercado, mas tampouco exigiam fortuna: era um gasto que se podia justificar, uma possibilidade ao alcance de quem a desejava.

Compreender a relação entre cocaína e suicídio exige também revisitar o momento em que a droga passou a figurar oficial e legalmente como uma ameaça pública. Para isso, é preciso observar como e em que contexto essa substância foi, aos poucos, cercada pela lei. A década de 1910, neste sentido, representou um ponto de inflexão decisivo no modo como o Brasil, e particularmente São Paulo, passou a lidar com o consumo de substâncias psicoativas. Até então, cocaína, morfina e derivados do ópio circulavam quase livremente, disponíveis em farmácias e boticas sem grandes restrições. A partir de 1910, no entanto, um novo discurso começou a se impor com força crescente: o da necessidade de conter o avanço das drogas. Essa virada não se deu de forma isolada. Ela se inscreve num movimento de alcance internacional, catalisado pela Conferência Internacional do Ópio, realizada em Haia, em 1911, que estabeleceu as primeiras diretrizes globais para restringir a produção, o comércio e o consumo de substâncias como ópio, morfina e cocaína.

No Brasil, o primeiro marco normativo voltado ao controle de substâncias psicoativas surgiu com o Decreto nº 10.821, de 18 de março de 1914. Essa legislação impôs, pela primeira vez, limites e formalidades à venda de medicamentos que até então circulavam nas farmácias. Poucos meses depois, o Decreto nº 2.861 viria reforçar e ampliar essas restrições, inspirando-se diretamente nas resoluções da Conferência de Haia de 1911. Embora os jornais não mencionassem diretamente os suicídios por cocaína como causa imediata para a criação das leis, esses episódios compunham todo um contexto, escrito em tom alarmista, que ajudava a justificar o endurecimento das medidas.

Os efeitos práticos destas legislações, no entanto, mostraram-se limitados. O comércio irregular de cocaína, muito bem entrelaçado à trama que compunha o tecido da São Paulo moderna, continuou ativo nos anos que se seguiram, e as denúncias de venda se tornaram presença constante nas páginas dos jornais. Entre o rigor das leis e a astúcia da venda clandestina, ruía um projeto — pela mesma via por onde a ciência prometera progresso, agora entrava em cena o vício, a morte e, adiante, o tráfico.

*CAMPANHA DA POLÍCIA CONTRA OS VENDEDORES DE COCAÍNA
RIO, 28 - Em vista das determinações recebidas do dr. Aurelino Leal, chefe de polícia, o primeiro delegado auxiliar iniciou severa perseguição contra os vendedores de cocaína. Alguns comerciantes, que diariamente perambulam pela rua das Marrecas, do Passeio e pelo largo da Lapa, foram chamados pela autoridade, que os preveniu de sua resolução. O delegado tomou-lhes as mercadorias e mandou-os em liberdade.²⁴*

A venda da cocaína - Investigações da polícia sobre a venda clandestina desse alcalóide

²⁴ *Idem*, edição 18452. 1914, p. 6.

*A polícia, como se sabe, está movendo campanha contra os indivíduos que costumam fornecer cocaína às pensões elegantes. O Dr. Cantinho Filho, delegado da 3ª circunscrição, recebendo ontem, pela manhã, denúncia de que Luiz Bertine, porteiro do Hotel dos Estrangeiros, situado à rua Xavier de Toledo, 7, negociava com aquela droga, mandou chamá-lo para dar explicações. Bertine, ao ver-se a braços com a polícia, a princípio quis negar; mas a autoridade, habilmente, conseguiu a sua confissão. Disse Luiz Bertine que, na qualidade de porteiro daquele estabelecimento, foi incumbido por diversos pensionistas, da compra de cocaína, sendo o seu consumo bastante regular, naquela casa, e vendo que do seu comércio podia auferir algum lucro, resolveu comprar esses alcalóides [...] Para esse fim, dirigiu-se a algumas farmácias, recebendo de uma delas a declaração de que não podiam vender tal medicamento sem prescrição médica e mesmo nem tinham essa droga. Por fim, Bertine, sabendo que na Farmácia Internacional, da rua Quintino Bocayuva, vendiam cocaína, para ali se dirigiu, adquirindo por intermédio do prático do referido estabelecimento, seis vidros à razão de cinco mil réis cada um. [...] Sob o fato está aberto inquérito a fim de que os culpados sejam punidos severamente.*²⁵

Diante da ineficácia das restrições anteriores, a década de 1920 assistiu à formulação de novas tentativas de controle. A promulgação da Lei nº 4.294, em 1921, buscou endurecer o enquadramento penal do comércio ilícito de entorpecentes e de seu fluxo invisível pelas veias da cidade. O *Correio Paulistano* publicou uma série de comentários e editoriais em tom de urgência, convocando autoridades e cidadãos a um combate rigoroso à cocaína — não apenas à droga em si, mas ao que ela simbolizava: o vício e o fracasso do projeto civilizatório que São Paulo pretendia encarnar. Ao noticiar a nova legislação, o jornal a apresentou como instrumento capaz de “armar o poder público dos meios necessários” para enfrentar um dos maiores flagelos da época, destacando não apenas a repressão ao comércio de substâncias como cocaína e ópio, mas também a criação de dispositivos institucionais voltados ao tratamento dos intoxicados.²⁶

O periódico mobilizava um vocabulário no qual as chamadas “toxicomanias” eram associadas a “perversões éticas” e descritas como forças capazes de conduzir os indivíduos “à loucura, ao crime, ao suicídio e à miséria”. Ao articular esses elementos, a imprensa legitimava a ampliação dos mecanismos de controle estatal e reforçava uma leitura da droga como sintoma e ameaça a um projeto mais amplo de ordem e civilização.

Um dos aspectos mais relevantes da análise proposta ao longo deste artigo é observar a metamorfose do discurso do *Correio Paulistano* em torno da cocaína. Nos primeiros anos de sua circulação, a droga figurava como elemento trágico de narrativas individuais: histórias centradas na vítima, com nomes, idades, profissões e, por vezes, bilhetes de despedida no caso de suicídios por cocaína. O tóxico surgia, então, como um símbolo de fragilidade e perda. Contudo, após 1917, o tom das notícias muda substancialmente: o olhar que antes repousava sobre o indivíduo passa a fixar-se na cena do crime. A narrativa migra da intimidade para a

²⁵ *Idem*, edição 19088. 1916, p. 4.

²⁶ *Idem*, edição 20962, 1921, p. 2.

retórica da ordem pública e das operações policiais. A cocaína, enfim, deixa de ser coadjuvante em histórias suicidas para tornar-se protagonista de uma nova narrativa que, agora, enfatiza prisões, apreensões e processos-crime envolvendo pessoas que comercializavam ilegalmente a droga (Martins, 2012, p. 149).

É também a partir de 1917 que o *Correio Paulistano* passa a organizar seu discurso de modo mais sistemático, criando subseções fixas nas edições diárias, como “Os Vícios Elegantes”, “A venda de cocaína” e “Os vendedores de tóxicos”. Essa nova arquitetura editorial não é neutra: ela traduz uma mudança de discurso, em que o vício deixa de ser apenas um desvio individual para tornar-se um problema de ordem pública. Sob títulos que evocam tanto a sedução quanto o perigo, delineia-se um consenso: o reforço à legitimidade do modo como os agentes do Estado passou a lidar com a repressão às drogas, alinhando-se a um discurso nacional e internacional de proibição.

Os vícios elegantes - Foi apreendida ontem à noite grande quantidade de cocaína

O Sr. Dr. Cantinho Filho, terceiro delegado, efetuou ontem uma diligência, apreendendo na farmácia Avenida, a rua do S. João, grande quantidade de cocaína. O farmacêutico João Cursio, proprietário desse estabelecimento, foi preso em flagrante, no momento em que vendia esse alcalóide, sem prescrição médica, devendo ser processado. Na farmácia Avenida, entre outros papéis interessantes, a autoridade encontrou uma fatura de 200 vidros do terrível tóxico, datada de 10 do corrente. Desse dia até ontem, Cursio havia vendido 188 vidros a 5\$000²⁷ cada um, o que lhe deu um lucro fabuloso. A autoridade prendeu também Arthur Pinto, porteiro da Pensão Montmartre, e ex-agente de polícia, quando vendia um vidro da mesma droga. Em seguida, o Sr. Dr. Cantinho Filho deu busca na farmácia Paysandú, situada à rua de S. João, nada encontrando, entretanto.

Diante do êxito da sua diligência, a autoridade representou ao sr. diretor do Serviço Sanitário sobre a conveniência de serem fechadas as duas farmácias, pois que contra a última existem provas bastante fundadas, que o autorizam a exigir aquela medida.²⁸

A cocaína permanece nas páginas do *Correio Paulistano*, embora sob novas roupagens. Ao longo da década de 1920, uma outra novidade editorial ganha corpo: a criação da seção *Os Viciados*, destinada a reunir, sob um mesmo título, relatos que antes se dispersavam entre as colunas policiais e as notas de costumes. Como dito acima, nessa nova moldura, a cocaína já não aparece apenas como coadjuvante em tragédias individuais ou elemento accidental em histórias de suicídio, mas como protagonista de um discurso moralizante que lhe atribui o poder de corromper o corpo, a alma e o tecido social. Frequentemente, a seção trazia narrativas que acompanhavam a trajetória de indivíduos que haviam experimentado a droga e, segundo o periódico, sucumbido ao vício. As narrativas ali reunidas tendem a condensar, em poucas linhas, trajetórias apresentadas como exemplares. Em um desses registros, uma jovem de 22

²⁷ Vale ressaltar que, nesta notícia, o valor do frasco de cocaína permanece em 5\$000.

²⁸ *Correio Paulistano*, edição 19530. 1917, p. 8.

anos, descrita como tendo “abusado do uso da cocaína”, é apresentada como alguém que enlouquece em uma pensão e acaba internada em um manicômio, numa sequência direta que associa consumo, perda da razão e confinamento institucional.²⁹ Em outro caso, uma mulher caracterizada como “inveterada viciada em morfina e cocaína” foge do instituto onde se encontrava em tratamento após driblar a vigilância, mobilizando imediatamente a ação policial para sua recaptura.³⁰

Figura 1 – Figura de comerciante de cocaína no Correio Paulistano, seguida de relato de sua prisão.³¹



Fonte: Edição 22.232 do jornal *Correio Paulistano*, 1925, p. 4.

Em certas edições, essas narrativas vinham acompanhadas de fotografias, compondo uma espécie de galeria pública da degradação – um espaço visual em que os rostos dos “viciados” e dos comerciantes de tóxicos serviam também de advertência (imagem 1). As histórias então narradas seguiam um roteiro quase invariável: o início marcado pela experimentação ocasional da droga, a lenta perda do domínio de si, a desintegração dos vínculos familiares e sociais, e, por fim, o confinamento em instituições médicas. A repetição dessas trajetórias conferia à narrativa jornalística o caráter de uma pedagogia moral que, por sua vez, e através da exposição do “corpo degradado”, legitimava o discurso repressivo.

Um exemplo eloquente desse padrão pode ser observado em uma matéria publicada pelo *Correio Paulistano*, na qual um jovem de 22 anos se apresenta espontaneamente à polícia, declarando-se “um vencido pela toxicose” e solicitando sua internação em uma instituição

²⁹ *Idem*, edição 20423, 1920, p. 5.

³⁰ *Idem*, edição 22177, 1925, p. 4.

³¹ *Idem*, edição 22.232, 1925, p. 4.

destinada à regeneração de dependentes.³² A narrativa reconstrói retrospectivamente sua trajetória, partindo do contato inicial com a droga, passando pela difusão do vício entre colegas — inclusive durante o serviço militar — e pela facilidade de acesso à cocaína em diferentes estabelecimentos, até chegar às sucessivas tentativas de obtenção da substância por meios ilícitos. Ao longo do relato, destaca-se a insistência do indivíduo em manter o consumo, e a atuação das autoridades, que intervêm reiteradamente para interromper a circulação da droga, culminando em sua prisão e posterior encaminhamento ao Recolhimento dos Perdizes.

Percebe-se, enfim, uma tentativa deliberada de sistematizar o discurso do *Correio Paulistano* a respeito da cocaína. Paralelamente, esse movimento retórico encontra eco na prática: ampliam-se as operações policiais e intensifica-se o patrulhamento de espaços urbanos associados à circulação clandestina da substância, consultórios, farmácias, pensões, cabarés.

CAMPANHA CONTRA A COCAÍNA

O 4º delegado auxiliar realiza novas e importantes diligências

O Sr. Dr. Octavio Ferreira Alves, 4º delegado auxiliar, continua a trabalhar com muito empenho na campanha que encetou contra os vendedores de cocaína, há cerca de algumas semanas, tendo já apreendido 136 gramas desse tóxico e 24 de morfina.

Ontem, aquela autoridade remeteu ao juiz competente o inquérito instaurado contra o japonês Luis Taté Kamey, de vinte e cinco anos de idade, solteiro, chauffeur, residente à rua Conde Sarzedas, n. 51. [...]

Foi igualmente remetido o inquérito contra o farmacêutico Orlando SARTI de Almeida, estabelecido à rua Lavapés, 151, com a Farmácia S. José. Orlando, como estão lembrados os leitores, foi preso quando, uma noite, na Pensão Ferrari, depois de beber muita champanhe, quis obrigar uma das pensionistas daquela casa a tomar cocaína. [...]

Tendo a polícia recebido denúncia de que o sr. Saul Gagy, comerciante estabelecido na rua Xavier de Toledo, 29, com uma casa de artefatos de borracha e acessórios para automóveis, possuía, no seu estabelecimento, grande quantidade de cocaína, o Dr. Octavio Ferreira Alves dirigiu-se à casa daquele comerciante, onde, de fato, encontrou 179 gramas daquela droga.³³

No que diz respeito aos suicídios por cocaína, entre 1917 e os anos 1920 observa-se um declínio significativo no volume de registros, nos jornais da cidade de São Paulo, dessa modalidade específica de morte. Duas hipóteses podem ser aventadas para explicar tal mudança: a possibilidade de uma redução real dos casos, resultado das restrições legais e da dificuldade crescente de acesso à substância; ou a escolha editorial do jornal de não mais noticiar suicídios com uso de cocaína, seja por censura, mudanças de pautas ou alinhamento político. Independentemente da causa, o silêncio, neste caso, é tão eloquente quanto a manchete: ao retirar esses episódios de suas páginas, o jornal redireciona o olhar do público para a nova dimensão que a cocaína passaria a ocupar, discutida nos parágrafos anteriores.

³² *Idem*, edição 20991, 1921, p. 5.

³³ *Idem*, edição 20499, 1920, p. 2.

Por outro lado, os balanços estatísticos dos anuários (Quadro 1) nos ajudam a perceber que, mesmo após as restrições ao acesso à cocaína, as taxas de suicídio na cidade de São Paulo permaneceram praticamente estáveis.³⁴ A análise de dados estatísticos entre 1911 e 1919 revela que o volume de suicídios na cidade de São Paulo operou dentro de uma margem de estabilidade, apesar das crescentes restrições ao comércio de entorpecentes. Enquanto em 1911 registraram-se 42 casos, o índice atingiu seu pico em 1914 com 80 ocorrências, retornando gradualmente a patamares próximos à média da década, como os 52 casos listados em 1919.³⁵

Quadro 1 – Número de suicídios registrados no município de São Paulo segundo os Anuários Estatísticos (1909–1919)

Ano	Número de Suicídios em São Paulo ³⁶
1909	2
1910	3
1911	42
1912	43
1913	67
1914	80
1915	64
1916	51
1917	59
1918	46
1919	52
1920	—

Fonte: Anuários Estatísticos produzidos entre 1909 e 1920, disponibilizados pela biblioteca digital histórica SEADE.

Observa-se um crescimento significativo no número de casos registrados a partir de 1911, seguido de oscilações ao longo da década, o que sugere tanto mudanças nas dinâmicas urbanas

³⁴ Para este artigo foram consultados todos os anuários estatísticos produzidos entre 1910 e 1920, disponibilizados pela biblioteca digital histórica SEADE. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/>

³⁵ Os dados apresentados neste artigo foram levantados a partir dos Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo, tomando como recorte específico a seção dedicada ao Município da Capital. Trata-se de uma documentação produzida pelo próprio Estado, voltada à sistematização de informações demográficas, sanitárias e administrativas, e que expressa, portanto, uma racionalidade estatística e classificatória característica do período analisado. Esses anuários não apenas registram dados, mas também materializam modos específicos de observar, ordenar e tornar inteligíveis os fenômenos sociais. No interior desse conjunto documental, foram selecionados os dados relativos aos óbitos, com especial atenção ao subitem intitulado Mapa das Moléstias. É nesse quadro que se encontra a classificação das chamadas “afecções produzidas por causas exteriores”, categoria sob a qual o Estado passou a agrupar, de forma sistemática, as mortes violentas, acidentais e suicídios. Os suicídios aparecem, assim, não como uma rubrica autônoma, mas inseridos em uma taxonomia mais ampla, orientada menos pela intenção do ato. A partir de 1919, contudo, os Anuários Estatísticos deixam de incorporar os dados provenientes das Secretarias de Segurança Pública e de Justiça, o que inviabiliza o levantamento sistemático de registros relativos aos suicídios. Essa alteração nos critérios de coleta e divulgação dos dados impõe um limite à continuidade do acompanhamento estatístico e evidência, por si só, mudanças nas prioridades administrativas e nas formas de registro da morte violenta pelo Estado.

³⁶ Para o ano de 1920, os dados não foram publicados devido ao atraso na divulgação do *Annuário do Ensino e do Annuário Demographico*, conforme informado no próprio volume.

quanto possíveis variações nos critérios de registro e classificação adotados pelas autoridades sanitárias. A contraposição entre os dados provenientes da imprensa e aqueles sistematizados nos *Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo* coloca em evidência diferentes regimes de produção e organização da informação. Enquanto os anuários se orientam por critérios administrativos e estatísticos, a imprensa subordina a seleção dos casos a uma lógica distinta, marcada pelo interesse narrativo e pela capacidade de mobilizar a atenção do público leitor.

Essa oscilação contida de suicídios nos anuários sugere que a categoria de envenenamentos — que historicamente abrigava as intoxicações por cocaína — não sofreu um declínio drástico com a repressão à droga. Pelo contrário, a manutenção desses números dialoga com a hipótese de substituição de meios: o vácuo deixado pela proibição crescente da cocaína foi preenchido por agentes químicos domésticos e industriais (lisol, estricnina e ácidos), mantendo a curva de mortalidade praticamente inalterada e evidenciando que a letalidade por meios químicos era uma constante no cotidiano urbano da época.

Acreditamos que o fenômeno do suicídio, no início do século XX, pode ser compreendido como uma das expressões e contradições próprias da modernidade paulistana. Embora a imprensa associasse o suicídio ao acesso facilitado à determinada droga — como se o primeiro fosse uma decorrência da disponibilidade da segunda — o que se observa é que a substância operava apenas como meio, e não como causa. Dessa forma, quando o acesso à cocaína foi restringido, outros recursos letais ocuparam o seu lugar. O comportamento suicida não desapareceu, apenas se adaptou aos meios disponíveis no ambiente doméstico e comercial.

Assim, o debate público que vinculava suicídio e cocaína acabou por produzir um efeito de invisibilização: ao direcionar o olhar para a droga, desviou-se a atenção das camadas mais profundas do desejo de morte. Tais camadas, enraizadas nas tensões sociais, econômicas e afetivas da vida moderna, não poderiam se dissolver por decretos ou pelo controle de um determinado opióide. Enfrentá-las exigia, antes, o gesto difícil de encarar a gargula de frente — reconhecer o sofrimento que se enraizava nas transformações da vida moderna e, mais do que isso, reconhecer que esse sofrimento não se localiza apenas na experiência individual, mas na estrutura que a cerca, nas relações de trabalho, desigualdades, ritmos urbanos e estreitamento do espaço da vida comum. Trata-se de uma dor que não é apenas íntima — é social, e portanto, compartilhada.

Considerações Finais

Em abril de 1919, B. J. D. tentou pôr fim à própria vida ingerindo sal de azedas. Seu estado, aparentemente, não foi considerado grave: após o atendimento realizado pela Assistência Médica Policial, foi liberado e encaminhado para casa no mesmo dia. O *Correio Paulistano* noticiou o episódio como mais um “drama passionai”, enquadrando-o na linguagem moral e sentimental que então se aplicava a casos de suicídio. Segundo o jornal, o jovem teria recorrido à morte após ser rejeitado pela mulher por quem nutria afeto — um

enredo já conhecido, em que a polícia surge apenas como coadjuvante, cumprindo o papel burocrático de averiguar o ocorrido.³⁷

Cinco meses depois, B. J. D. voltaria a ser socorrido, desta vez após ingerir creolina — um produto de limpeza de uso cotidiano, amplamente disponível nas casas paulistanas.³⁸ Essa persistência no gesto, mesmo após a primeira tentativa frustrada, tensiona a prerrogativa de Alvarez, na frase que abre este artigo, de que “ninguém é promíscuo em relação à sua maneira de morrer”.

O caso de B. J. D. e, em alguma medida, toda a discussão desenvolvida ao longo deste artigo, sugerem o oposto: quando o sofrimento atinge determinado limiar, o meio pouco importa, ou ao menos, torna-se secundário. A disposição para morrer resiste à ausência de um tóxico específico; ela se reinventa, encontra outros caminhos, adapta-se às restrições impostas. Nesse sentido, como assinalado anteriormente, a diminuição das notícias sobre suicídios por cocaína no *Correio Paulistano*, após o endurecimento das medidas de repressão a partir de 1917, não deve ser lida como indício de enfraquecimento do desejo de morrer, mas como indício de sua transformação. A cocaína deixou de ser acessível, mas a creolina, o lisol, o fósforo e tantos outros venenos domésticos continuaram à mão. Assim, a “campanha contra os tóxicos”, sobretudo no que diz respeito aos suicídios, revela-se como um esforço limitado, que atuava sobre os sintomas visíveis, deslocando o problema para a esfera policial.

Ao longo deste artigo, propusemos um redirecionamento de olhar: ao contrário de estudos que tomam a cocaína, e outras drogas, como eixo central (Adiala, 2011; Carneiro, 1994; Venâncio & Carneiro, 2005), e apenas tangenciam o tema dos suicídios, buscamos inverter essa lógica, fazendo do fenômeno suicida o ponto de partida e a chave interpretativa de nossa análise. Tal deslocamento se insere em um campo já consolidado de pesquisas dedicadas à história das drogas no Brasil, particularmente no que se refere ao consumo de cocaína nas primeiras décadas do século XX.

Nesse âmbito, houve o esforço de diálogo, principalmente, com os trabalhos de Thamires Sarti (2015) e Lucas Costa (2025), que, a partir de diferentes perspectivas, investigam a difusão do consumo de substâncias psicoativas no século XX, bem como os processos de sua medicalização, criminalização e representação pública. De modo geral, essas pesquisas têm se concentrado em compreender como a modernização urbana, seja em São Paulo ou Rio de Janeiro, esteve associada à ampliação do consumo de drogas, ao fascínio exercido por essas substâncias e às formas pelas quais eram descritas e problematizadas pela imprensa.

O presente artigo propõe um deslocamento analítico ao tomar o suicídio como ponto de entrada para a análise dessas mesmas dinâmicas, em São Paulo. Ao fazê-lo, busca-se evidenciar não apenas a presença da cocaína no cotidiano urbano, mas os modos específicos pelos quais ela foi mobilizada na construção de narrativas sobre a morte voluntária, permitindo observar como diferentes discursos se articularam na produção de sentidos sobre o suicídio no contexto da modernização paulistana. Essa perspectiva nos permitiu compreender que o

³⁷ *Correio Paulistano*, edição 17.494. 1919, p. 4.

³⁸ Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Livros de Boletins de Ocorrência da Polícia Médica, nº 13.960 e 13.963.

debate em torno da criminalização da cocaína não se limitava à tentativa de restringir o acesso a uma substância proibida, mas operava como resposta a um mal-estar coletivo diante da proliferação de mortes trágicas associadas a seu uso. O que se buscava conter não era apenas o veneno, mas a perturbação social que ele simbolizava: um fragmento visível, incontornável, de tensões mais profundas na experiência da modernidade.

Estudar essas mortes, no curto recorte temporal aqui proposto, permite entrever não apenas novas formas de morrer, mas também novas maneiras de elaborar a morte como questão pública. O desconforto das autoridades e da opinião pública diante dos suicídios, tal como descrito nas páginas do *Correio Paulistano*, parece residir no espelho que ele oferecia à sociedade — um reflexo das tensões e fragilidades de uma experiência de cidade e vida em transformação. Em pesquisas futuras, será relevante observar se, em momentos de arrefecimento das políticas de combate às drogas, os suicídios por cocaína voltaram a crescer. Nossa hipótese, contudo, é a de que não: quem deseja morrer não o faz em função da disponibilidade de uma droga, sobretudo uma droga cujo acesso demanda um esforço extra de obtenção.

Ao abordar as mortes voluntárias por cocaína, este estudo inscreve-se no cruzamento entre a história da morte, das drogas e das cidades. Nosso esforço foi, sobretudo, o de propor uma perspectiva que permita pensar o suicídio menos como desvio e mais como uma das expressões possíveis da experiência moderna e urbana - um gesto extremo que, em vez de marginal, revela as tensões e contradições do próprio processo modernizante.

Retomemos uma última vez nosso ponto de partida com a frase de Alvarez: ainda que, para os fins deste artigo, a escolha do modo de morrer não pareça ser fator incontornável, concordamos com o autor em um aspecto essencial: *ninguém é promíscuo em relação à própria morte*. Cada ato suicida carrega consigo uma gramática particular. Estudar o fenômeno é, portanto, lançar luz sobre uma história das sensibilidades e das estruturas sociais que levaram inúmeros indivíduos a essa escolha radical.

Referências Bibliográficas

Adiala, J. C. (2011). *Drogas, medicina e civilização na Primeira República* [Tese de doutorado, Fundação Oswaldo Cruz].

Alvarez, A. (1999). *O deus selvagem: Um estudo do suicídio*. Companhia das Letras.

Balcão, L. F. (1998). *A cidade das reclamações: Moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900–1913)* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].

Barros, J. D. A. (2021). Sobre o uso dos jornais como fontes históricas: Uma síntese metodológica. *Revista Portuguesa de História*, 52, 397–419. https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_17

Carneiro, H. (1994). *Filtros, mezinhas e triacas: As drogas no mundo moderno*. Xamã.

Cerasoli, J. F. (2004). *Modernização no plural: Obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas].

Costa, L. F. (2025). *São Paulo: Moderna, neurastênica e exausta: Modernidade e estimulantes na São Paulo do início do século XX* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Paulo].

Fausto, B. (2009). *O crime do restaurante chinês*. Companhia das Letras.

Fausto, B. (2019). *O crime da Galeria de Cristal e os dois crimes da mala: São Paulo, 1908–1928*. Companhia das Letras.

Ferreira, J. & Martini, M. (2001). Cocaína: Lendas, história e abuso. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 23(2), 96–99. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462001000200008>

Guimarães, V. (2007). Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem para o século XX. *Revista Brasileira de História*, 27, 323–349.

Leite, C. H. F. (2015). Teoria, metodologia e possibilidades: Os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. *Revista Escritas*, 7(1), 3–17. <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/1629/8314>

Martins, M. T. Q. (2012). *A civilização do delegado: Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República (1889–1930)* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].

Mendes, M. L. B. (2018). *A construção descritiva do racismo no século XIX: Um estudo dos jornais Correio Paulistano e A Redenção* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais].

Sarti, T. (2015). *Maratonas e rambles: A emergência dos tóxicos como um problema social no início do século XX* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas].

Sevcenko, N. (1992). *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. Companhia das Letras.

Singer, B. (2001). Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In L. Charney & V. R. Schwartz (Ed.). *O cinema e a invenção da vida moderna* (pp-115-148). Cosac Naify.

Sodré, N. W. (1966). *História da imprensa no Brasil*. Civilização Brasileira.

Souza, D. H. de. (2024). *Suicídios motivados pela Segunda Guerra Mundial no estado do Rio de Janeiro segundo jornais cariocas (1939–1945)* [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista].

Venâncio, R. P., & Carneiro, H. (Org.). (2005). *Álcool e drogas na história do Brasil*. Alameda.

Submetido em: 1º de fevereiro de 2026

Aprovado em: 3 de maio de 2026

